

Desafios e possibilidades do Novo Ensino Médio: uma revisão sistemática de literatura

Diovana Aparecida Carvalho da Silva⁴⁸, Franciele Mariani Pasqual⁴⁹,

Caroline Elizabel Blaszkó⁵⁰

Resumo: O Novo Ensino Médio (NEM) foi instituído pela Lei nº 13.415/2017 e estabeleceu determinadas reformulações, como aumento de carga horária e alterações curriculares, gerando inquietações, desafios e incertezas no meio escolar. Assim, o objetivo da pesquisa é identificar as abordagens sobre o Novo Ensino Médio em trabalhos publicados entre os anos de 2017 e 2022. A pesquisa apresenta caráter qualitativo, do tipo revisão sistemática de literatura, sendo utilizada a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Portal de Periódicos da CAPES (CAPES) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, como bases de dados, foram selecionadas pesquisas através do descritor Novo Ensino Médio e considerando o período de 2017 a 2022. A estrutura do artigo é dividida em três momentos, sendo no primeiro apresentadas as conceituações sobre o NEM, no segundo a metodologia empregada na pesquisa caracterizada como qualitativa e do tipo revisão sistemática de literatura, e o último expõe os resultados e as discussões. Conclui-se por meio do estudo que com a implementação do NEM surgiram desafios, incertezas e fragilidades com relação à infraestrutura das escolas, e com o preparo e formação dos professores para a referida etapa do processo de escolarização. Além disso, evidencia-se o caráter de formação técnica e o viés de empreendedorismo, o esvaziamento curricular e a tendência de privatização desta etapa de ensino, bem como sinaliza-se que as reformulações foram propostas e estabelecidas sem a efetiva participação dos profissionais da educação. Por fim, desvela-se a importância do desenvolvimento de futuras pesquisas que debatam e reflitam sobre o NEM, visto que é etapa fundamental da Educação Básica e carrega preceitos importantíssimos para a formação dos estudantes e cidadãos do país.

Palavras-chaves: Educação Básica, Ensino Médio, Políticas Educacionais, Reformulações.

Challenges and possibilities of the New High School: a systematic literature review

Abstract: The New High School (NEM) was established by Law nr. 13,415/2017 and established certain reformulations, such as increased workload and curricular changes, generating concerns, challenges and uncertainties in the school environment. Thus, the objective of the research is to identify the approaches to the New High School in works published between the years 2017 and 2022. The

⁴⁸ Mestranda do Curso de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Básica (PPGEB). Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: diocarvalhobiologia@gmail.com.

⁴⁹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Básica (PPGEB). Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: francielepasqual@sed.sc.gov.br.

⁵⁰ Doutora em Educação (PUCPR). Professora Colaboradora da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus de União da Vitória. Professora do Mestrado Profissional em Educação Básica, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Membro do Grupo de Pesquisa em Complexidade, Ecoformação e Transdisciplinaridade (GCET/UNIARP). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação: teoria e prática (GEPE/UNESPAR). E-mail: carolineblaszko2020@gmail.com.

research has a qualitative character, of the systematic literature review type, using Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal CAPES Periodicals (CAPES) and CAPES Theses and Dissertations Catalog as databases, selecting researches through the New High School descriptor and considering the period from 2017 to 2022. The structure of the article is divided into three moments, being in the first presented the concepts about the NEM, in the second the methodology used in the research characterized as qualitative and of the systematic literature review type, and the last one exposes the results and the discussions. It is concluded through the study that with the implementation of the NEM, challenges, uncertainties and weaknesses have arisen in relation to the infrastructure of schools, as well as the preparation and education of teachers for that stage of the schooling process. In addition, they show the character of technical training and the bias of entrepreneurship, the curricular emptying and the tendency of privatization of this stage of education, as well as indicating that the reformulations were proposed and established without the effective participation of education professionals. Finally, the importance of developing future researches that debate and reflect on the NEM is revealed, since it is a fundamental stage of Basic Education and carries very important precepts for the education of students and citizens in the country.

Keywords: Basic Education, Secondary Education, Educational Policies, Reformulations.

Introdução

O presente artigo prima por apresentar uma revisão sistemática de literatura, envolvendo a formação do Novo Ensino Médio (NEM) e as mudanças relacionadas à estrutura curricular e carga horária nesta etapa de ensino, assim como sua configuração na escola a partir de sua implantação.

O Ensino Médio (EM) é definido como a “etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro” (BRASIL, 2018, p. 461) e, conforme o Art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), deve ter a duração mínima de 3 anos (BRASIL, 1996).

A Lei nº 13.415 de 2017 altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sendo instituídas reformulações ao EM, envolvendo aumento progressivo de carga horária e alterações curriculares diretamente vinculadas às áreas do conhecimento e aos chamados itinerários formativos, que podem ser um conjunto de projetos, por exemplo (BRASIL, 2017). Os itinerários devem ser sistematizados através da oferta dos diversos arranjos curriculares e de acordo com a relevância relacionada ao contexto local, bem como às possibilidades de cada sistema de ensino (BRASIL, 1996).

As alterações supracitadas podem gerar inquietações no meio escolar, sobretudo com relação à proposta curricular, gerando desafios e incertezas (SANTOS, 2021) e tornando pertinente a necessidade de pesquisar, debater e refletir acerca do NEM e de suas reformulações.

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é identificar as abordagens sobre o Novo Ensino Médio em trabalhos publicados entre os anos de 2017 a 2022. Como principais

referenciais teóricos em torno da temática, utilizaram-se os seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), entre outros.

O texto configura-se em três momentos. O primeiro apresenta as conceituações sobre o NEM, o segundo envolve a metodologia empregada na pesquisa caracterizada como qualitativa e do tipo revisão sistemática de literatura, e o último expõe os resultados e as discussões.

Novo Ensino Médio e políticas públicas educacionais

Neste tópico são apresentados conceitos, políticas públicas e normativas relacionadas à reconfiguração do Ensino Médio (EM), o qual passou a denominar-se Novo Ensino Médio (NEM).

O Estado deve “[...] assegurar à criança e ao adolescente: [...] II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” (BRASIL, 1990, p. 44), sendo este a última etapa da Educação Básica que apresenta diversos objetivos, dentre os quais destacam-se no Art. 35 da LDB (BRASIL, 1996, p. 13):

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Deste modo, a LDB denominou o EM como parte da Educação Básica, contemplando as disciplinas de Arte, Biologia, Educação Física, Espanhol - Língua Estrangeira Moderna, Filosofia, Física, Geografia, História, Inglês - Língua Estrangeira Moderna, Língua Portuguesa e Literatura, Matemática, Química e Sociologia.

O NEM, por sua vez, foi instituído pela Lei nº 13.415 de 2017, modificando as Leis nº 9.394 de 1996 e 11.494 de 2007, sendo que o Decreto-Lei nº 236 de 1967 constituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017).

A partir da referida lei, ocorreram mudanças na estrutura do EM, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais e definindo uma nova

organização curricular, de acordo com a BNCC, sendo este currículo organizado por áreas do conhecimento e não mais por matérias ou disciplinas.

Neste sentido, a reformulação do EM preconiza que:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas (BRASIL, 1996, p. 13).

Além destas quatro áreas do conhecimento supracitadas, a referida lei estabeleceu mais uma de formação técnica e profissional. Ademais, a implantação obrigatória deve ocorrer a partir de 2022, em escolas públicas e privadas, de forma gradual, iniciando pelo primeiro ano dessa etapa de ensino, atingindo os três anos até 2024.

O NEM contém, ainda, os chamados itinerários formativos, que “[...] são um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho em que os estudantes poderão escolher se aprofundar.” (REGO; QUEIROZ; MORAIS, 2022, p. 47). Desta maneira, os itinerários visam à consolidação, ao aprofundamento e à ampliação da formação integral dos estudantes. Nesta perspectiva, a reformulação desta etapa de ensino trouxe a necessidade de alterações substanciais nas formas de organização e planejamento das aulas.

Evidencia-se que a finalidade do NEM é que o discente esteja no centro do processo de aprendizagem, que sejam garantidos direitos iguais para todos, tendo como referência a BNCC, e que os estudantes possam escolher aprofundar-se naquilo que mais se relaciona com seus interesses e talentos, por meio dos itinerários formativos e de formação técnica e profissional. Também prevê, como visto anteriormente, que a carga horária seja ampliada de forma progressiva, atingindo no máximo 1.800 horas, e as abordagens pedagógicas sejam diferenciadas (REGO; QUEIROZ; MORAIS, 2022).

Santana, De Oliveira Chamon e De Oliveira Sordillo (2021) pontuam que, do ponto de vista discente, entende-se que o NEM funcionaria como um instrumento de capacitação direcionado ao mercado de trabalho e ao preparo para o ingresso no Ensino Superior. Assim, é possível integrar saberes acerca de diferentes áreas do conhecimento, por meio do uso de recursos e estratégias diversificadas e da busca por um ensino integrado, mas que seja flexível

e que proporcione o entendimento das diversas óticas que são pleiteadas no decurso do processo de ensino e aprendizagem.

Destaca-se que a referida reforma, disposta mediante a aprovação da Lei nº 13.415/2017 e corroborada pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM), é resultado do acúmulo de projetos erigidos no transcurso dos governos nacionais desde o ano de 1995. Assim, esta lei e a BNCCEM têm o potencial de alterar o currículo do EM desde a proposição de seus conteúdos (PINTO; MELO, 2021).

Portanto, atualmente vive-se em um processo de construção de uma política, com marcos legal e normativo, que orienta o percurso da implantação do NEM. A sua implementação em escolas públicas e privadas, a partir do primeiro semestre de 2022, tem gerado demandas, relacionadas a reforma estrutural, equipamentos, formação, planejamento, entre outros aspectos. Toda essa proposta, estabelecida como uma política pública estrutural e organizacional, pode trazer inquietações e demandas para a equipe gestora, os educadores, estudantes e comunidade escolar.

Em vista do exposto, nesta pesquisa serão apresentados, por meio do levantamento e seleção de pesquisas correlatas, estudos desenvolvidos acerca do Novo Ensino Médio nos últimos cinco (5) anos, interstício 2017 - 2022.

Metodologia

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma revisão sistemática de literatura. Pesquisas de abordagem qualitativa são aquelas em que as variáveis não abrangem dados numéricos e os temas são investigados em profundidade, sendo fundamental a interpretação dos dados obtidos (GIL, 2008).

De acordo com Sampaio e Mancini, a revisão sistemática de literatura é um meio de investigação que “[...] disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca [...]” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84). Foram selecionados quatro passos para a realização da revisão sistemática de literatura, adaptados de Sampaio e Mancini (2007).

O primeiro passo, denominado *Definindo a pergunta*, diz respeito ao delineamento da questão que norteia a revisão, devendo apresentar de forma clara o objeto de interesse. Nesta pesquisa, o primeiro passo corresponde à seguinte pergunta: quais são as abordagens sobre o Novo Ensino Médio em trabalhos publicados entre os anos de 2017 e 2022?

O segundo passo, chamado de *Buscando a evidência*, refere-se à definição do(s) descritor(es) de pesquisa, das estratégias de busca e das bases de dados de consulta. As bases

de dados selecionadas para o levantamento de pesquisas correlatas foram Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES (CAPES) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, selecionando-se estudos do período de 2017 a 2022, por meio do descritor Novo Ensino Médio.

O terceiro passo, *Revisando e selecionando os estudos*, trata do processo de seleção das pesquisas e avaliação dos títulos e resumos, o que deve ser realizado no mínimo por dois pesquisadores, às cegas, sendo que as partes analisadas devem ser claras. Critérios como período de publicação e tipo de estudo são importantes nesta seleção. Como critérios, selecionaram-se apenas artigos vinculados à área da Educação, publicados no período estabelecido (2017 - 2022), excluindo-se os possíveis duplicados. Além disso, a partir de leitura dos títulos e resumos, excluíram-se trabalhos que não tratavam da temática em foco, ou seja, que não se relacionavam com os termos de busca.

O quarto passo, denominado *Apresentando os resultados*, refere-se aos dados obtidos, que podem ser apresentados por meio de quadros, tabelas, esquemas, etc. com suas características (autores, ano de publicação, metodologia, etc.). No próximo tópico, são apresentados os resultados e as discussões em torno da pesquisa realizada, envolvendo os quatro passos indicados para a revisão sistemática de literatura.

Resultados e Discussão

O levantamento de dados foi realizado utilizando-se do descritor “Novo Ensino Médio”, sendo que inicialmente obteve-se um total de 12 artigos na SciELO, 24.703 pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES e 95 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Em seguida, refinaram-se os resultados através da grande área Educação e do período de publicação (2017 – 2022), resultando em 3 artigos da SciELO, 3 do Portal de Periódicos da CAPES e 7 dissertações do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, totalizando um corpus de análise constituído por 13 pesquisas.

Mediante a leitura dos estudos, observaram-se proximidades entre diversos autores, sendo que muitos abordaram a tendência que o NEM apresenta quanto à privatização e o caráter mercantil (empreendedorismo) desta etapa da Educação Básica, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Quanto ao caráter mercantil e tendência de privatização do Novo Ensino Médio

Autoria	Ano de publicação	Tipo de trabalho		Metodologia	Resultados
Pinto e Melo	2021	Artigo		Qualitativa	Apontam como resultados que a reformulação do EM converge para a formação sem sentido crítico e direcionada à aplicabilidade de conteúdos; a flexibilização coaduna com o empreendedorismo; e há forte tendência à privatização desta etapa do ensino.
Souza	2021	Dissertação		Qualitativa	Analisa a atuação do Banco Mundial na política educacional do NEM, resultando na correlação da cooperação financeira e técnica prestada ao governo brasileiro como forma de expansão neoliberal e a expansão do capitalismo.
Andrade	2020	Dissertação		Qualitativa	Na perspectiva de reformulações, apresenta como resultado o viés de empresariamento da educação de novo tipo, condicionado pela lógica do capitalismo.
Ferreira	2020	Dissertação		Qualitativa	Indica que o empresariado nacional buscou de diferentes maneiras demonstrar ao governo e à sociedade que havia a necessidade de o sistema educacional sofrer alterações de forma, a fim de tornar-se coetâneo e articulado aos interesses industriais, concluindo que o “Movimento Santa Catarina pela Educação” trata-se de uma réplica do “Movimento Todos pela Educação”.
Costa e Silva	2019	Artigo		Qualitativa	Elencam como resultados os pontos que fragilizam o direito à educação através da análise de três eixos principais: noção de democracia no contexto do neoliberalismo; direito à educação e o conhecimento mais amplo da juventude; e, por fim, medidas que apontam para a privatização da educação.
Fávero, Costa e Centenaro	2019	Artigo		Qualitativa	Apontam os riscos que os países estão correndo ao priorizarem apenas aspectos lucrativos na educação dos cidadãos (viés mercantilista da educação). Tratam também da fragilização do processo de formação ao relativizar as Artes e áreas de Humanas no currículo.

Da Silva e Boutin	2018	Artigo		Qualitativa	Indicam que o NEM contribui para a formação do homem produtivo, o que se distancia de uma formação efetivamente integral.
-------------------	------	--------	--	-------------	---

Fonte: elaborado pelas autoras (2022).

Os dados apresentados no Quadro 1 revelam que as abordagens expostas pelos autores apresentam as fragilidades e os desafios encontrados na construção de uma sustentação material e cultural no processo de reformulação do EM, considerando uma sociedade mais democrática que priorize a relação entre as transformações no mundo do trabalho e da formação humana. Contudo, são assinalados aspectos sobre o viés de empreendedorismo e lucratividade na educação dos cidadãos.

Os referidos apontamentos estão ao encontro das indicações de Santana, De Oliveira Chamon e De Oliveira Sordillo (2021) que demonstram que, na perspectiva dos discentes, o NEM teria a função de capacitá-los para o mercado de trabalho e prepará-los para o ingresso no Ensino Superior. Ademais, conforme Rego, Queiroz e Morais (2022), no NEM o principal objetivo estaria em transformar o estudante no centro do processo de aprendizagem

Entretanto, as pesquisas apresentadas no Quadro 1 demonstram que o NEM tem caráter de capacitação voltado à produtividade, ficando em segundo plano o preparo para a cidadania, o aprimoramento do estudante como pessoa humana, sua formação ética, o desenvolvimento de sua autonomia intelectual e pensamento crítico, o que diverge das finalidades desta última etapa de ensino estabelecidas na LDB (BRASIL, 1996).

No que se refere à tendência à privatização, cabe enfatizar que o EM é direito público de todo brasileiro e que o Estado deve garantir tanto a obrigatoriedade, quanto a gratuidade desta etapa a toda criança e adolescente, princípios estes assegurados pela BNCC, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela LDB.

Com relação à configuração do NEM, Rego, Queiroz e Morais (2022) explicam que os estudantes são considerados protagonistas, sobretudo na escolha daquilo em que desejam se aprofundar. Por outro lado, Fávero, Costa e Centenaro (2021) sinalizam as fragilidades no processo de formação discente ao relativizarem-se as áreas de Artes e Ciências Humanas, o que pode caracterizar-se na prática como um esvaziamento curricular.

Além do caráter mercantil e da tendência de privatização do NEM, a pesquisa apontou os desafios que a implementação do NEM apresenta, envolvendo questões financeiras, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Quanto aos desafios de implementação do Novo Ensino Médio

Autoria	Ano de publicação	Tipo de trabalho	Metodologia	Resultados
Neves	2021	Dissertação	Qualitativa	Indica as mudanças no espaço escolar prescrevendo reformulações que impactam no processo de escolarização, na vida dos alunos, e nos docentes que atuam nessa etapa de formação. Destacando que a proposta essencializa o sujeito ao estabelecer o trabalho como premissa para a organização curricular, como também enfatiza a escolha profissional de forma precoce, reduzindo a carga horária de disciplinas de Sociologia e Filosofia.
Santos	2021	Dissertação	Qualitativa	Apontou que o NEM causou muitos desafios e incertezas para o currículo do Ensino Médio, indicando que cabe às redes e sistemas de ensino readequar os seus cronogramas de alterações curriculares, considerando as reformulações e o impacto da pandemia de 2020.
Lima	2019	Dissertação	Qualitativa	Aponta a existência de desafios e limites para implementação da reforma do Novo Ensino Médio, contextualizando historicamente o cenário da Educação Profissional.
Ferreira e Ramos	2018	Artigo	Qualitativa	Identificam muitos desafios, principalmente no que se refere aos investimentos financeiros para as atuais escolas de Ensino Médio e para a preparação de docentes que irão atuar na nova perspectiva de formação.

Fonte: elaborado pelas autoras (2022).

Diante dos dados apresentados no Quadro 2, percebe-se que um dos desafios que emergem consiste na necessidade das redes de ensino e instituições escolares que ofertam o NEM buscarem readequar a organização curricular e os cronogramas, visto que o currículo sofre amplas alterações (áreas do conhecimento e aumento substancial de carga horária).

Concomitantemente, a pesquisa revela que para atuar no NEM os professores necessitam participar de cursos e formação continuada que contribuam para a construção e ressignificação dos conhecimentos, para adaptar-se e atender as demandas na nova configuração da referida etapa do processo de escolarização. Mesmo que de maneira gradual, a Lei nº 13.415 2017 pressupõe que até 2024 todas as escolas brasileiras estejam adequadas, com a devida flexibilização curricular e Ensino Médio em tempo integral.

Com efeito, é preciso considerar e refletir sobre as ponderações sinalizadas pelas pesquisas, que deixam claras as inseguranças e os desafios das escolas, visto que a infraestrutura e os investimentos financeiros, na prática, podem não ser efetivos em todas as escolas do país.

Ressalta-se que, assim como anteriormente mencionado por Fávero, Costa e Centenaro (2021), os estudos reforçam a relativização das áreas concernentes às Ciências Humanas, corroborando a ideia de esvaziamento curricular no NEM. Este esvaziamento pode afetar o processo de escolarização dos estudantes, bem como a atuação dos docentes.

Em contrapartida, o modo da organização das aulas e a formação por meio das áreas do conhecimento e dos itinerários formativos, e não mais somente por disciplinas, pode ser uma tentativa de evitar que os saberes sejam desconectados da vida dos estudantes.

Assim, por um lado o discente tem o poder de escolha de suas áreas de interesse e as temáticas que estudar terão ligação com sua realidade e aspirações profissionais. Por outro lado, sua decisão pode ser precoce e, por conseguinte, afetar determinadas disciplinas, principalmente Filosofia e Sociologia, prejudicando o seu desenvolvimento acerca do pensamento crítico e da formação ética, por exemplo.

Outros estudos enfatizam as questões históricas e políticas que permeiam o NEM, como se observa no Quadro 3.

Quadro 3 –A história e as políticas de estabelecimento do Novo Ensino Médio

Autoria	Ano de publicação	Tipo de trabalho	Metodologia	Resultados
Packer	2019	Dissertação	Qualitativa	Aponta que a reformulação do Ensino Médio promove comoção social e perigo de grave dano, enfatizando que as novas regras foram estabelecidas sem o consentimento da sociedade e da classe dos profissionais da educação, o que prejudica os estudantes.
Silva	2018	Artigo	Qualitativa	Mostra o que há por trás do discurso apresentado como novo relacionado à BNCC, tratando-se de uma velha fala com finalidades sufocadas pelas disputas de interesse, que evidenciam a centralidade em políticas curriculares do final da década de 1990.

Fonte: elaborado pelas autoras (2022).

Segundo os estudos apresentados no Quadro 3, no que se refere a história e políticas públicas, o NEM é reconhecido após um processo de conflitos de diálogo entre representantes e, em certo modo, atropelado por uma medida provisória. No entanto, teve embasamento em diferentes normativas da Constituição Federal de 1988, que garante a educação como direito de todos, e passa pela LDB, que estabeleceu que os currículos devem ter uma Base Nacional Comum.

A proposta do NEM também dialoga com metas e estratégias que constam no Plano Nacional de Educação. Este contexto histórico e político foi apontado por Pinto e Melo (2021), que destacaram que as reformulações pressupostas pela Lei n. 13.415/2017 são resultado da agregação de projetos construídos ao longo de diferentes lideranças governamentais, desde 1995. Desta forma, as pesquisas revelam que a Lei n. 13.415/2017 foi estabelecida histórica e politicamente no território nacional, não obstante, sem a participação efetiva dos profissionais da educação, sinalizando o viés “de cima para baixo” das proposições da reformulação.

Em face do exposto, as 13 pesquisas apresentadas demonstraram fatores críticos, destacando pontos frágeis da infraestrutura das escolas e da formação dos professores para atuação perante os desafios e as incertezas com relação à implementação do NEM. Além disso, evidenciam o caráter de formação técnica e o viés de empreendedorismo, o esvaziamento curricular e a tendência de privatização desta etapa de ensino, bem como sinalizam que as reformulações foram propostas e estabelecidas sem a efetiva participação dos profissionais da educação.

O viés mercantilista, de formação puramente técnica e com perspectiva empresarial, foi enfatizado em razão dos estudos indicarem a forte tendência do NEM em capacitar os discentes para o mercado de trabalho, o que pode gerar discrepâncias na sua formação crítica e cidadã. Destaca-se que o NEM, além de formar para o trabalho, precisa valorizar os saberes dos alunos e contribuir para o desenvolvimento de diversas habilidades, como a criticidade, autonomia e formação ética, fundamentos estabelecidos na LDB.

Quanto ao esvaziamento curricular, ao reduzir a carga horária de áreas relativas às Ciências Humanas e Artes, a capacidade de argumentação e raciocínio, a cidadania, leitura de mundo, criticidade, contextualização da realidade, entendimento sobre as diversas dimensões da existência humana, bem como as competências estabelecidas pela BNCC, ficam muitas vezes postergadas ou esquecidas.

Sobressaiu-se, ainda, o caráter de privatização de ensino, em virtude de as pesquisas acentuarem o viés capitalista e empresarial do NEM, sobretudo porque as reformulações desviam da gratuidade estabelecida em documentos nacionais, como o ECA.

No que diz respeito à não participação efetiva dos profissionais da educação, estes não tiveram voz ativa nas decisões oriundas dos processos de poderio governamental. Outrossim, a infraestrutura de muitas escolas brasileiras não está apta a adaptar-se às implementações, o que gera desafios e incertezas no ambiente escolar.

Apesar de todas as fragilidades descritas, a busca pela flexibilidade e pelo protagonismo estudantil são fatores relevantes na proposta do NEM, visto que os saberes que os discentes poderão desenvolver terão ligação com sua realidade e com aquilo que almejam para seu futuro profissional.

Observa-se que, com a implantação do NEM, emergiram inquietações e dúvidas em relação à sua efetivação, principalmente no que se refere aos processos de ensino e aprendizagem. Contudo, se houver investimentos efetivos, tanto em infraestrutura, quanto em formação continuada docente, podem ser obtidos avanços no processo de ensino e aprendizagem e de autonomia dos estudantes.

Neste sentido, destaca-se a importância de conhecer e olhar para a realidade de cada instituição escolar brasileira e do NEM estar em consonância com os documentos norteadores da educação no país, destacando-se o ECA, a LDB e a BNCC. Não obstante, não se desconsideram as fragilidades que as reformulações propostas refletem na última etapa da Educação Básica e, conseqüentemente, na formação cidadã discente.

Considerações finais

Considerando os aspectos observados, retorna-se à pergunta inicial desta revisão sistemática de literatura: quais são as abordagens sobre o Novo Ensino Médio em trabalhos publicados entre os anos de 2017 e 2022?

As pesquisas demonstraram, especialmente, as fragilidades que o NEM traz, destacando o viés mercantilista, a formação técnica dos estudantes, a tendência à privatização do ensino, o esvaziamento curricular relacionado, sobretudo, às Artes e Ciências Humanas, a infraestrutura inadequada das escolas e a falta de preparo docente para sua atuação.

Em contrapartida, o NEM preconiza que o estudante tenha autonomia e seja protagonista de seu aprendizado. Com as áreas do conhecimento e os itinerários formativos, pode-se refletir que, em certa medida, processos como contextualização dos saberes, conhecimento pertinente e integralização entre diferentes áreas são possíveis no NEM.

Entre os prós e contras, os resultados deste estudo desvelam também a importância de futuras pesquisas que debatam e reflitam sobre o NEM, visto que é etapa fundamental da

Educação Básica e carrega preceitos importantíssimos para a formação dos estudantes e cidadãos do país.

Referências

ANDRADE, M. C. P. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro.** 2020. 358 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9307886. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 10 jun. 2022.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União,** Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

COSTA, M. D. O.; SILVA, L. A. D. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação,** v. 24, 2019, p. 1-23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWmp3zGw4ygSGNvbmN4p/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DA SILVA, K. C. J. R.; BOUTIN, A. C. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação,** v. 43, n. 3, 2018, p. 521-534. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117157485009/117157485009.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FÁVERO, A. A.; COSTA, D. R.; CENTENARO, J. B. Reforma do Ensino Médio no Brasil e crise mundial da educação: uma análise reflexiva da flexibilização das humanidades na educação básica. **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], v. 26, n. 3, 2019, p. 656–676. DOI: 10.14393/ER-v26n3a2019-2. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/50979>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FERREIRA, B. C. F. **O novo ensino médio catarinense segundo a federação das indústrias do estado de Santa Catarina (FIESC)**. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9328257. Acesso em: 30 ago. 2022.

FERREIRA, R. A.; RAMOS, L. O. L. O projeto da MP nº 746: entre o discurso e o percurso de um novo ensino médio. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, 2018, p. 1176-1196, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/tPGH7pYhJz8FGn9ZCNzKsCq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, J. R. **Demandas, desafios e limites do Novo Ensino Médio: o que pensam profissionais da educação profissional**. 2019. 96 f. Dissertação (Doutorado) - Programa de Mestrado em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7754558. Acesso em: 30 ago. 2022.

NEVES, E. B. **Traduções do novo ensino médio no instituto federal baiano**. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11250361. Acesso em: 30 ago. 2022.

PACKER, A. D. **A cláusula *Rebus Sic Stantibus* na educação: a proposta do novo ensino médio e o prejuízo cultural**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7725533. Acesso em: 30 ago. 2022.

PINTO, S. N. S.; MELO, S. D. G. Mudanças nas políticas curriculares do Ensino Médio no Brasil: repercussões da BNCCEM no currículo mineiro. **Educação em Revista**, v. 37, 2021. P. 1- 17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/gHjF9n8vLqPrwzCHb8zzKYB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

REGO, F.; QUEIROZ, M.; MORAIS, P. A Base Nacional Comum Curricular e o Ensino de História no Novo Ensino Médio. **Caderno de Diálogos**, v. 1, n. 1, 2022, p. 43-56. Disponível em: <https://periodicos.faculadefamart.edu.br/index.php/cadernodedialogos/article/view/61>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SANTANA, L.; DE OLIVEIRA CHAMON, E. M. Q.; DE OLIVEIRA SORDILLO, C. M. Representações sociais, Ensino Médio e projeto de vida: levantamento de estudos. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 41, 2021, p. 132-147, Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4934>. Acesso em 10 jun. 2022.

SANTOS, F. F. **O “novo” ensino médio na rede estadual de educação da Bahia: processos curriculares em movimento no NTE 09 - amargosa.** 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11250273. Acesso em: 30 ago. 2022.

SILVA, M. R. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em revista**, v. 34, 2018. P. 1- 15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SOUZA, D. C. S. **Política educacional do novo ensino médio: a atuação do banco mundial.** 2021. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10956524. Acesso em: 30 ago. 2022.